


TRABALHO E CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE NA OBRA ROBINSON CRUSOÉ, DE DANIEL DEFOE, SOB A ÓTICA DA ONTOLOGIA MARXIANA-LUKCASIANA

WORK AND KNOWLEDGE: AN ANALYSIS OF DANIEL DEFOE'S WORK ROBINSON CRUSOE FROM THE PERSPECTIVE OF MARXIAN-LUKCASIAN ONTOLOGY

TRABAJO Y CONOCIMIENTO: UN ANÁLISIS DE LA OBRA DE DANIEL DEFOE ROBINSON CRUSOE DESDE LA PERSPECTIVA DE LA ONTOLOGÍA MARXISTA-LUKCASIANA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n10-076>

Data de submissão: 09/09/2025

Data de publicação: 09/10/2025

Amanda Duarte Lima

Doutoranda em Educação

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: adlejovem@gmail.com

Orcid: 0000-0002-9033-0390

Lattes: 0080098319402116

Elias Nunes Alves Junior

Doutorando em Educação

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: prof.eliasnunes@gmail.com

Orcid: 0009-0007-4330-5065

Lattes: 4855463359570158

Francisco Euguenys Medeiros da Silva

Doutorando em Educação

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: euguenys@gmail.com

Orcid: 0000-0003-3835-0156

Lattes: 0264682190876960

Valdemarin Coelho Gomes

Mestre e Doutor

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: mariocoelho@ufc.br

Orcid: 0000-0002-6144

Lattes: 8742258860132699

RESUMO

O presente artigo analisa a obra Robinson Crusoé, publicada em 1719 por Daniel Defoe, para compreender uma visão do ser social com a natureza objetivada, conceito desenvolvido por Lukács baseado nos escritos marxianos, para associar as interferências realizadas pelo ser humano na natureza por meio do trabalho, categoria fundante do ser social, e da práxis social, esta que determina e é determinada dialeticamente no constante processo de afastamento de nossas barreiras naturais. Metodologicamente é um estudo exploratório, teórico-bibliográfico, fundamentado na ontologia

marxiana-lukacsiana, em que utilizamos recortes do romance Robinson Crusoe, além de indicarmos a leitura da obra em sua integridade pelo deleite e pelo valor literário que possui. As categorias perscrutadas são: trabalho, práxis e conhecimento. Os resultados apontam que essa perspectiva, busca compreender a imanência do ser social, que é sua carência por mudanças para atender suas necessidades dadas e postas e a importância do complexo do conhecimento nesse processo de transformação e objetivação na perspectiva do materialismo histórico-dialético. As considerações esclarecem que trabalho, práxis e conhecimento são categorias que exigem um estudo profundo sob a ótica marxiana-lukacsiana e que é possível identificá-las na referida obra literária mesmo nos limites inferidos.

Palavras-chave: Trabalho. Práxis. Conhecimento.

ABSTRACT

This article analyzes the work Robinson Crusoe, published in 1719 by Daniel Defoe, to understand a vision of the social being with objectified nature, a concept developed by Lukács based on Marxist writings, to associate the interferences carried out by human beings in nature through work, the founding category of the social being, and social praxis, which determines and is determined dialectically in the constant process of moving away from our natural barriers. Methodologically, this is an exploratory, theoretical, and bibliographical study grounded in Marxian-Lukacian ontology. We use excerpts from the novel Robinson Crusoe and recommend reading the work in its entirety for its enjoyment and literary value. The categories explored are: work, praxis, and knowledge. The results indicate that this perspective seeks to understand the immanence of social beings—their need for change to meet their given and established needs—and the importance of the complex of knowledge in this process of transformation and objectification from the perspective of historical-dialectical materialism. The considerations clarify that work, praxis and knowledge are categories that require in-depth study from a Marxist-Lukacsian perspective and that it is possible to identify them in the aforementioned literary work even within the inferred limits.

Keywords: Work. Praxis. Knowledge.

RESUMEN

Este artículo analiza la obra Robinson Crusoe de Daniel Defoe, publicada en 1719, para comprender una visión del ser social con la naturaleza objetivada. Este concepto, desarrollado por Lukács a partir de escritos marxistas, vincula las intervenciones humanas en la naturaleza a través del trabajo — categoría fundacional del ser social— y la praxis social, que determina y se determina dialécticamente en el proceso constante de alejamiento de nuestras barreras naturales. Metodológicamente, se trata de un estudio exploratorio, teórico y bibliográfico, basado en la ontología marxista-lukácsiana. Utilizamos fragmentos de la novela Robinson Crusoe y recomendamos la lectura completa de la obra por su disfrute y valor literario. Las categorías examinadas son trabajo, praxis y conocimiento. Los resultados indican que esta perspectiva busca comprender la inmanencia de los seres sociales, su necesidad de cambio para satisfacer sus necesidades dadas y establecidas, y la importancia del complejo de conocimientos en este proceso de transformación y objetivación desde la perspectiva del materialismo histórico-dialéctico. Las consideraciones aclaran que trabajo, praxis y conocimiento son categorías que requieren un estudio profundo desde una perspectiva marxista-lukácsiana y que es posible identificarlas en la obra literaria mencionada incluso dentro de los límites inferidos.

Palabras clave: Trabajo. Praxis. Conocimiento.

1 INTRODUÇÃO

Daniel Defoe (1660-1731) publicou em 1719 um daqueles que viriam a ser não apenas um livro clássico em aspectos literários capaz de nortear toda uma tradição de romances sobre aventuras de viajantes em além-mar, mas, também, uma verdadeira síntese de alguns dos pontos mais reveladores da então ascendente sociedade mercantilista no contexto de sua expansão colonial. *Robinson Crusoe*, no título em português, é um romance que se debruça sobre o problema do trabalho antes de qualquer formulação marxista e testemunha a reviravolta no imaginário europeu que significaram os relatos vindos das colônias americanas de mundos inexplorados, “virgens”, com seres humanos em sociedades chocantemente diferentes. Os famosos *Ensaio*s de Michel Montaigne de 1580, especialmente aquele que relata os canibais no “Novo Mundo” (Ensaio XXXI), foram fortes influenciadores de uma concepção de que o homem europeu gozava de uma cultura superior àquelas que se ouviam falar por este lado do Atlântico.

Desde 1516, quando surgiu *A Utopia* de Thomas More (1478-1535), a aventura da descoberta de um outro continente, de um território ainda não explorado, ainda a ser transformado e conhecido, borbulhava no imaginário de filósofos e romancistas ingleses, italianos e franceses. Se, no entanto, Montaigne relata uma sociedade com costumes moralmente “inferiores”, More nos apresenta uma sociedade infinitamente superior, ideal, escondida em alguma curva secreta do oceano, com costumes, tecnologia e relações pautadas unicamente pela razão.

Em seguida, Tommaso Campanella (1568-1639) com *A Cidade do Sol* (de 1602) e Francis Bacon (1561-1626) com sua *Nova Atlântida* (de 1627), desenvolveram o movimento humanista denominado de utopismo. Defoe faz um movimento nesta direção, colocando seu personagem no coração de uma aventura que, assim como nos utopistas, não é apenas dele, mas da humanidade inteira em busca de fundar a sociedade ou se confrontar com a necessidade de fundamentos para cada uma de suas ações. No entanto, Robinson Crusoe não encontra pela frente uma sociedade melhor (como os utopistas) nem pior (como Montaigne), mas se vê diante da necessidade de fundar algo novo do nada, com o suor de seu próprio trabalho e transformar a natureza “intocada” segundo seu objetivo e com as próprias mãos. Assim, esse romance ocupa um lugar importante por destacar o papel do trabalho para a realização humana de uma ação como ser social.

De antemão, esclarecemos que, apesar de utilizarmos recortes do romance *Robinson Crusoe*, indicamos a leitura da obra em sua integridade pelo deleite e pelo valor literário que possui. Nos propomos dialogar com a obra objetivando compreender, por meio de exemplos, as determinadas categorias e complexos abordados no presente artigo, que são: trabalho, *práxis* e conhecimento. Propomos as seguintes reflexões: Primeiramente a compreensão do trabalho como categoria fundante

do ser social e sua composição e realização por meio da teleologia e causalidade. Posteriormente, sobre a práxis e o conhecimento, “conhecer para transformar” o meio natural no seu entorno. Compreendendo, assim, o processo de realização da natureza objetivada e refletindo sobre os impactos naturais e sociais dessa transformação.

O artigo, *“Lukács y las robinsonadas del siglo XVIII: la laboriosidad como atributo de la burguesia triunfante”*, escrito por Koval e Lenga (2018), utilizam a obra Robinson Crusoé para realizar uma análise sobre a categoria trabalho e defendem que ela transcende em seus escritos por apresentar muito mais do que características locais e temporais de uma cultura, ou seja, um clássico, pois aborda elementos que fazem parte do que é imanente ao ser humano.

Para os autores do artigo, a obra contextualizada em seu devido tempo histórico aborda uma concepção burguesa sobre o trabalho, na perspectiva protestante, destacando o combate intensivo do próprio personagem ao ócio, visto como um elemento pernicioso e de atraso civilizatório. Porém, em uma releitura e uma outra abordagem na busca por elementos imanentes ao ser humano, no livro é possível perceber que o trabalho se apresenta como primordial meio para a transformação da natureza para alcançar uma finalidade subjetiva de Robinson Crusoé.

Desse modo, nesse ensaio teórico-bibliográfico evidenciamos especialmente a categoria trabalho como elemento abordado na obra como não alienado, de modo que o sujeito se vê ativo em todo o seu processo de transformação. Ainda nessa perspectiva crítica sobre a obra, dando ênfase ao trabalho, almejamos enriquecer esse debate filosófico e literário por meio dos escritos marxianos e lukacsianos em conflito com os discursos liberais.

2 TRABALHO, PRÁXIS E CONHECIMENTO: PERSPECTIVA ONTOLÓGICA NA OBRA *ROBINSON CRUSOÉ*

Na perspectiva marxiana defendida pelo presente artigo, o olhar que propomos sobre a obra de Daniel Defoe contrapõe-se à visão apresentada pelos liberais, principalmente por Adam Smith e David Ricardo que são considerados os pais do liberalismo econômico e que beberam do difundido pensamento de John Locke (1632-1704), tanto em questões epistemológicas quanto, sobretudo, no aspecto filosófico-político de sua fundamentação da origem e da legitimidade da propriedade privada.

O pensamento de Locke nasce de uma contradição flagrante, de um nó artificialmente dado a muita força entre um elemento religioso e outro biológico. Para ele, Deus, como donatário dos bens da criação, dá ao “homem” a terra em uma antiga tradição difundida pelos textos do antigo testamento e, entretanto, o instinto natural do ser humano é de preservar a sua própria individualidade como ser que necessita de alimento, bebida, abrigo, etc. Direito divino e direito instintivo se entrelaçam na

concepção lockeana do corpo humano como a primeira e fundamental propriedade. Em suas palavras: “embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo”(Locke, 1978, p. 45). E esta propriedade privada de si se estende a todas as suas ações, dentre as quais está “o trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos”. E aí está a chave para a posse da terra, dos animais, de todo o mundo natural: na medida em que intervém sobre o estado bruto das matérias primas e as transforma em algo novo, um produto de seu trabalho, aquele ser “comum a todos os homens” se mescla ao suor das mãos de um trabalhador, que assim tem direito sobre ele de forma diferente dos demais. E por isso a posse da terra se torna o passo decisivo para a transmutação do comum em domínio individual.

Locke desconsidera que o trabalho humano surge como ato social, como forma de sobrevivência e de transformação da realidade não de um indivíduo isolado, mas de uma comunidade, de um grupo, de uma espécie por meio de seus indivíduos, de suas mãos e de seus pensamentos. O filósofo inglês, não titubeia em dizer que a mais primitiva forma de caça, de alimentação e de obtenção dos recursos naturais configura uma transformação da ordem materna em propriedade individual. Absolutamente cego pela concepção do modo de vida inglês como superior a toda e qualquer forma de relacionar-se com o meio e, ainda mais, fechado na própria condição de aristocrata em comparação com a vida dos trabalhadores na Inglaterra, Locke (1978, p. 50) diz:

Várias nações da América [...] se mostram ricas em terra e pobres em todos os confortos da vida; às quais a natureza tendo fornecido tão liberalmente quanto a qualquer outro povo todos os materiais para a abundância, isto é, solo fértil, capaz de produzir em quantidade o que pode servir de alimento, agasalho e diversão, entretanto, por falta de melhoramento pelo trabalho, não possuem nem um centésimo das conveniências de que gozamos. E um rei de território grande e fértil lá se alimenta, mora e veste-se pior que um trabalhador jornalheiro na Inglaterra.

O decisivo é que não apenas a dimensão econômica propriamente dita se funda nesse “originário” de posse sobre a terra, mas o próprio estado e a sociedade civil articular-se-ão em torno da propriedade privada que dela decorre. Ao mesmo tempo que é o trabalho quem “arranca” na natureza bruta - do solo - sua riqueza, renunciando o debate de Smith, há uma permissividade à acumulação por meio do entesouramento e do surgimento do dinheiro como mediador de qualquer acúmulo. Desconsiderando qualquer aspecto histórico documental ou evidente do movimento real do surgimento de unidades monetárias, aquela terra que passou da condição de bem comum a bem privado pelo trabalho objetivo agora passa de bem privado a bem acumulado por meio do “dinheiro” de forma abstrata. Dessa forma, segundo Charbonnier, “a territorialidade articula direito, ciência, economia e

política e [...] o conceito de propriedade assume o lugar de espaço epistêmico em que esse debate se desdobra”.

Por esse viés, a obra de Robinson Crusoé é utilizada como exemplo pelos liberais do século XVIII, sobre a relação ser humano – natureza, pois a narrativa literária fantasiosa, atende perfeitamente os anseios dos liberais em legitimar seus pensamentos. Marx faz suas críticas deste modelo como exemplo, pois aqueles naturalizam e utilizam como ponto de partida a produção material dos indivíduos, ignorando assim, todo o processo material, dialético e historicamente construído pela humanidade até a possibilidade de uma construção social do indivíduo.

A princípio, encontra-se nos manuscritos Grundrisse:

Indivíduos produzindo em sociedade – por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada. O caçador e o pescador, singulares e isolados, pelos quais começam Smith e Ricardo, pertencem à ilusões desprovidas de fantasia das robinsonadas do século XVIII, ilusões que de forma alguma expressam, como imaginam os historiadores da cultura, simplesmente uma reação ao excesso de refinamento e um retorno a uma vida natural mal-entendida. (Marx. 2011, p. 39).

Marx considera uma ilusão defendida pelos liberais essa perspectiva naturalista da relação do indivíduo com a natureza e que o uso da obra de Defoe como exemplo para os liberais, trata-se “da antecipação da “sociedade burguesa”, que se preparou desde o século XVI e que, no século XVIII, deu largos passos para sua maturidade. Nessa sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais.” (2011, p. 39). Assim, são vistos, “não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história. Visto que o indivíduo natural conforme sua representação da natureza humana, não se origina na história, mas é posto pela natureza.” (2011, p. 40).

Nossa abordagem sobre a obra apresenta elementos que possam colaborar para uma compreensão sobre a categoria trabalho, na perspectiva marxiana e lukcasiana, e sua relação com o complexo do conhecimento, utilizando exemplos da narrativa literária para enriquecer o debate. Apreender não o “herói inglês” que colonizou a ilha, mas o ser humano, nesse caso específico, “o indivíduo social”, que se encontrou perdido em uma ilha desabitada, e que buscou conhecer aquela natureza para sobreviver e transformá-la por meio do trabalho, categoria esta que é vista como fundante do ser social e exclusiva na relação teleológica primária e que nos tornou um ser criador, em vez de ser somente uma criatura, de acordo com Marx, Engels e de Lukács ao interpretá-los. Perceber essa relação entre o homem e a natureza em que ele projeta suas finalidades para alcançá-las, de maneira que ele é o próprio sujeito do processo, cria suas próprias criaturas objetivadas, mesmo que nem tudo esteja sobre o seu controle.

Marx (2010, p. 106) nos “*Manuscritos econômico-filosóficos*” defende que:

O homem produz o homem, a si mesmo e ao outro homem; assim como [produz] o objeto, que é o acionamento (*Betätigung*) imediato da sua individualidade e ao mesmo tempo a sua própria existência deste para ele. Igualmente, tanto o material de trabalho quanto o homem enquanto sujeito são tanto resultado quanto ponto de partida do movimento. (...) Portanto, o caráter social é o caráter universal de todo o movimento; assim como a sociedade mesma produz o homem enquanto homem, assim ela é produzida por meio dele.

Nessa ótica, a consciência é reconhecida como um produto social, pois o ser humano produz historicamente as suas próprias representações, ou seja, não nos foi dada, nem surgiu pronta e elaborada, ela nasce, acompanha e colabora dialeticamente no processo histórico de desenvolvimento social da humanidade. A consciência passa a ocupar cada vez mais espaço nas tomadas de decisões e escolhas, no lugar dos instintos e se desenvolve dialética e historicamente. Em vista disso, a consciência está relacionada e interdependente com o trabalho e o seu desenvolvimento potencializa cada vez mais o ser social e “chama à vida” outros complexos necessários para a sua devida realização e aperfeiçoamento de sua prática. A necessidade do convívio social, por questões de sobrevivência biológica, cria a consciência social e, ao mesmo tempo, é criada por ela. Como toda sociedade é construída por seres humanos, tem que ser vista como um processo histórico e não como um sujeito à parte, do mundo das ideias ou independente das ações humanas.

Partindo dessas reflexões compreendemos que, para a realização do trabalho é necessária essa mediação, manipulação, controle e principalmente transformação dessa matéria e do próprio ser nesse processo de afastar-se das imposições da natureza e o papel do conhecimento, por meio da práxis. Para a sobrevivência dessa “nova realidade”, enquanto ser social, o trabalho trouxe consigo outras necessidades para garantir e reproduzir essa sociabilidade, a práxis social.

Conforme Kosik (1976, p. 25), precisamos ir na direção da destruição da pseudoconcreticidade, que “é o processo de criação da realidade concreta e a visão da realidade, da sua concreticidade” e para alcançar essa realidade social devemos percebê-la como uma criação humana em uma união dialética entre sujeito e objeto e para isso, se faz necessário, ir para além da aparência para compreender a essência. Nessa busca pela essência do ser social, do que nos diferencia de outros animais, o ponto de partida se encontra na categoria trabalho e não se resume a ela. Engels (1990), em seus escritos, afirmava que “o trabalho criou o próprio homem”.

De acordo com Lukács (2018), é mérito de Engels ter colocado o trabalho no centro do devir-humano. Marx, complementa que o trabalho além de fundar esse ser é uma atividade exclusiva dele e

“com isso é enunciada a categoria ontológica central¹ do trabalho: através do trabalho é realizada uma posição teleológica no interior do ser material como o nascimento de uma nova objetividade.” (Lukács, 2018, p. 12). Abordaremos então o trabalho, essa categoria tão importante para o materialismo dialético formulado por Marx e Engels. Importante destacar que “as categorias que empregamos em nossas teorias são imagens das objetividades do mundo objetivamente real” (Lukács, 2018, p.171) destoando assim, da ideia de produtos espirituais, ou exclusivamente ideológicos.

A ontologia do ser social se encontra no ser material, na materialidade e o ato gênese para compreender as transformações e permanências é a história, momento em que o ser humano realiza o trabalho para atender uma finalidade e por consequência cria e recria objetos e novas necessidades a cada realidade dada e posta em seu cotidiano. O trabalho apresenta-se como a base estruturante de um novo tipo de ser, o ser social. E esse novo ser fundado pelo trabalho também sofre alterações com a realização dessa atividade, ou seja, transforma e é transformado.

Como escreve Lukács (2018, p. 10), o trabalho, apenas ele:

(...) **tem sua essência ontológica em um pronunciado caráter de transição**: sua essência é uma inter-relação entre ser humano (sociedade) e natureza, e tanto a inorgânica (...) quanto a orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no ser humano que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. Por isso Marx diz com razão: “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, **eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.**” (grifo nosso).

Robinson Crusoe, personagem que dá nome a obra foi um sobrevivente de um naufrágio numa ilha na América Latina, era um navegante inglês que sonhava em ser marujo, mesmo a contragosto dos pais. A ilha em que naufragou, até então, era desabitada e desconhecida pelos europeus. Robinson não era um “indivíduo natural”, visto que, defendemos na ótica onto-histórica que o ser humano após o salto ontológico sofre uma irreversibilidade, devido as transformações ocorridas na própria natureza do ser humano.

Em seus manuscritos, *Grundrisse* (2011), Marx apresenta a produção material como um processo historicamente produzido. O indivíduo isolado de acordo com Marx (2011) “somente pode isolar-se em sociedade”. Desse modo, o personagem já possuía toda uma construção sócio-cultural formulada por um determinado grau de complexidade social, que permitiu a ele, em determinadas situações, resolver de modo prático os seus problemas de carência material e espiritual. Logo, a

¹ Reconhecemos e concordamos com as discussões sobre o uso do termo “centralidade”, substituindo por “fundante ou basilar” do ser social, visto que as relações sociais não estão associadas diretamente ao trabalho, porém, o trabalho funda e a cada desenvolvimento encontra-se constantemente presente, visto que é elemento básico para garantir a sobrevivência humana.

produção dos indivíduos, nos escritos marxianos, é vista como uma determinação social. A depender do estágio de desenvolvimento social pode haver um realce ao indivíduo, ou quanto mais se retorna o passado, encontra-se uma identidade de pertencimento a um grupo, família e outros, assim, os “indivíduos sociais”, foram construídos de forma dialética e histórica e não podem ser vistos de forma naturalizada.

Segundo Vásquez (1977, p. 09),

“[...] o homem comum e corrente é um ser social e histórico; ou seja, encontra-se imbricado numa rede de relações sociais e enraizado num determinado terreno histórico. Sua própria cotidianidade está condicionada histórica e socialmente, e o mesmo se pode dizer da visão que tem da própria atividade prática. Sua consciência nutre-se igualmente de aquisições de toda espécie: ideias, valores, juízos e preconceitos, etc”.

Robinson Crusoé era um inglês que possuía uma visão de mundo permeada por sua religiosidade e cultura compartilhada entre seus conterrâneos. Trata-se de compreender sua interferência com a natureza como uma objetivação² em um nível bastante elevado, visto que os desenvolvimentos das forças produtivas inglesas avançavam e tornava a Inglaterra uma potência colonialista em grande expansão econômica, a ponto de no final do século XVIII e início do XIX tornar-se uma grande potência industrial, resultado de um acúmulo de riquezas por meio das explorações, guerras e políticas favoráveis que impulsionaram seu desenvolvimento urbano-industrial.

Desse modo, Robinson Crusoé, na ilha que denominou de “Ilha do desespero” se viu como um ser ativo e transformador naquele meio, transformou potencialidades em riquezas, em valor de uso, usufruiu e transformou a natureza, atribuindo sentido e objetivando-a com suas subjetividades. Suas próprias crenças e visão de mundo determinado por sua cultura de inglês protestante, algumas vezes foi reavaliada e revista, pois precisava se desconfigurar de muitas idealizações e projeções errôneas sobre a realidade, devia ser o mais prático possível, primeiro para manter sua sobrevivência e depois foi possível fruir do ambiente a sua volta. Ele inicialmente superou o atendimento imediato das necessidades básicas e passou a conhecer e transformar a natureza em seu entorno.

² “a objetivação é o momento do trabalho pelo qual a transformação teleologicamente orientada de um setor da realidade dá origem a uma nova forma de ser, a uma “nova objetividade”. Essa “nova objetividade” é o mundo dos homens, uma esfera ontológica distinta da natureza. Essa distinção se radica no fato de o ser social ser uma síntese de teleologia e causalidade; síntese pela qual, sem deixar de ser causalidade e se converter em idealidade, a materialidade recebe determinações ideais e se converte em causalidade posta. Uma vez produzido, uma vez objetivado, o novo ente (ou, no plano mais geral, a totalidade do mundo dos homens,) exibe um desenvolvimento puramente causal (que não exclui, obviamente, momentos casuais). É agora um ente objetivo, portador de uma história própria. Diante dos indivíduos e da totalidade social, realizará seu desenvolvimento com base em sua legalidade imanente e nos nexos causais dos quais vier a participar no interior da totalidade da qual é partícipe.” (Lessa, 2012, p.71).

Na obra *A ideologia alemã* compreende-se que Marx e Engels defendiam que a produção da vida possui uma dupla relação, a natural (intransponível) e a social (construída historicamente pelo ser social). Para Sousa Jr. (2021) na referida obra, encontra-se definida “uma perspectiva filosófica que define o humano como ser real, concreto, que com sua práxis produz sua própria existência e cria – e desenvolve – materialmente as formas de intercâmbio com a natureza e com os outros homens/mulheres.” (p.33) O referido autor pontua que, “a práxis é, portanto a categoria que sustenta o edifício conceitual da ontologia materialista de Marx e Engels, justamente porque no plano da vida real é através de sua atividade material transformadora que os homens e as mulheres produzem realmente sua existência.” (2021, p. 35).

Em seus escritos Sobre a ontologia do ser social, Lukács desenvolve a compreensão das esferas do ser social, afirma que somos seres de natureza orgânica, biológica e social e que os dois primeiros existem sem o último, porém o ser social não existe sem a materialidade inorgânica e orgânica, ou seja, somos limitados pelas nossas necessidades básicas e pertencentes ao ciclo vital da vida, por mais que a prolonguemos ou a ressignifiquemos, ainda fazemos parte do ciclo natural dela.

Assim, o ser natural é parte constituinte do ser social. A natureza não é apenas o *meio* dentro do qual nossa espécie encontrou as condições biológicas necessárias, como alimento e abrigo, mas é, na realidade, o substrato ontológico *dentro* do qual sua vida foi possível como um ser radicalmente novo. O *pensamento* não se coloca, assim, como uma estrada paralela da evolução, como pensou Bergson (1978, p. 181), para quem a inteligência se alastrou contra o instinto natural, mas, pelo contrário, foi enquanto movimento em direção à natureza, transformando-a, que ele foi possível. Uma vez que, “do mesmo modo como a terra é seu armazém original de meios de subsistência, ela é também seu arsenal originário de meios de trabalho” (Marx, 2017, p. 257), o real-material disponível no mundo natural e, portanto, a origem das necessidades, a fonte das ferramentas e o destino das intervenções.

No entanto, embora seja parte indissociável da natureza, a dimensão social se torna, para o ser humano, o momento predominante com relação à sua dimensão natural, e, assim, embora seja biologicamente um indivíduo autônomo e “independente”, qualquer uma de suas ações só é possível enquanto *sua* ação, e não uma ação aleatória, pré-determinada, na medida em que é social. Ao estar perdido em uma ilha isolada, as necessidades mais primordiais se impõem ao naufrago, mas as respostas que ele é capaz de dar para saciá-las são, incontornavelmente, sociais e, embora esteja sozinho, foi em sociedade que ele as formulou, aprendeu e desenvolveu. Como salientou György Lukács (2013, p. 59), através do trabalho “o homem se livra da limitação do material originário da natureza e confere aos objetos de uso exatamente aquela constituição que corresponde às suas necessidades sociais”.

Vale salientar que o processo ontológico e histórico que possibilitou aquilo que desenvolveu o ser social foi, constitutivamente, *simbiótico*. Ou seja, foi dentro de um conjunto de ações de co-dependência, que o ser humano se estabilizou biologicamente como espécie, ou seja, todos os processos evolutivos que se desenvolveram com aquele ancestral comum e que desencadearam a revolução ontológica da vida em que o ser orgânico desabrochou-se também como ser social só foram possíveis porque estavam constitutivamente inseridos de forma equilibrada com o meio. Desde o alimento, os tipos de adaptação que foram se perenizando no nosso corpo, inclusive com o aumento significativo de nosso cérebro e na complexificação de sua estrutura, na capacidade de ficar em pé sobre duas patas, no uso dos dedos como pinças, nas formas e complexos sociais primários (primitivos, no sentido de sua localização histórica primordial), desde o trabalho e a cultura até a linguagem.

Tudo isso só foi possível pois nossa espécie encontrou um momento geológico propício, em que a terra se apresentava em condições climáticas, físico e quimicamente estáveis e, evidentemente, bioquimicamente abundante em recursos para tal evolução. A própria razão, com tudo o que essa palavra significou e significa, não se deu de forma mística, afastada ou no interior de faculdades meramente subjetivas, mas foi um passo dentro de uma longa jornada de evolução de uma espécie para melhor relacionar-se com os outros animais, plantas, rios, bactérias e seres ao seu redor. Até mesmo na visão mitológica-religiosa, a razão é apresentada como um dom ou um instrumento para o homem viver bem no mundo em que Deus ou os deuses o escolheram colocar (*Cf.* Gn 1), ainda que esta seja utilizada de forma inadequada, seja pela desobediência (Adão e Eva), seja para a sua própria ciência e poder (Prometeu).

Toda a nossa jornada histórica na Terra foi um pôr em ação da dimensão biológica, a partir de movimentações naturais da vida por adaptação, de utilização dos órgãos e meios disponíveis para novas funções e oportunidades diante de uma tensão impulsionadora por sobrevivência, da necessidade por abrigo, e por segurança física, em outras palavras, “em meio a luta pela existência” (Lukács, 2013, p. 43). E enquanto processo biológico, foi também realização físico-químico por meio de um conjunto extremamente complexo de configurações moleculares, engendramentos e combinações substanciais, constituições e atividades que se realizam na ordem do físico-químico-biológico, mas que não são mais explicados apenas por essas três constituições da existência, necessitando, desde então, de uma nova categoria onto-reflexiva para ser pensada, o social. Tanto da ótica fragmentada do físico, quanto do químico, do biológico ou do social, este momento constitutivamente novo em que nasce o ser humano enquanto tal se dá enquanto novidade simbiótica com o mundo e com a natureza.

Robinson Crusóé, por ser esse ser social, faz de tudo para manter, na medida do possível, sua civilidade, tanto nos aspectos morais quanto ontológicos de sua necessidade criativa de transformação

da natureza. Restava-lhe transformar o meio ou viver de maneira rústica e mais naturalizada, mas assim ele se recusa, logo, doméstica os animais, planta, constrói sua moradia e outros, o autor da obra, destaca assim, elementos da cultura protestante inglesa, refutando o ócio e a preguiça, criando assim Robinson Crusoe como um ser ativo, pensante e trabalhador. Mesmo inicialmente carregando consigo somente um canivete, um cachimbo e tabaco, precisava lutar e se virar para sobreviver, ainda conseguia chegar à embarcação encalhada e de lá extraía alguns subsídios e objetos que lhe foram úteis na ilha. De modo que, ele não teve que elaborar todas as suas ferramentas e outros recursos que já lhe foram providos, ou seja, já parte de alguns produtos resultantes de outros processos de trabalhos, mas que colaboram como condição para realização de outras atividades.

Em sua obra, *O capital*, Marx (2017, p. 151-152) descreve:

Como a economia política ama robinsonadas, lancemos um olhar sobre Robinson em sua ilha. Apesar de seu caráter modesto, ele tem diferentes necessidades a satisfazer e, por isso, tem de realizar trabalhos úteis de diferentes tipos, fazer ferramentas, fabricar móveis, domesticar ilhamas, pescar, caçar e etc. Não mencionamos orar e outras coisas do tipo, pois nosso Robinson encontra grande prazer nessas atividades, e as considera uma recreação. Apesar da variedade de suas funções produtivas, ele tem consciência de que elas são apenas diferentes formas de atividade do mesmo Robinson e, portanto, apenas diferentes formas de trabalho humano. A própria necessidade o obriga a distribuir seu tempo com exatidão entre suas diferentes funções. Se uma ocupa mais espaço e outra menos em sua atividade total depende da maior ou menor dificuldade que é preciso superar para se obter o efeito útil visado. Isso a experiência lhe ensina, e eis que nosso Robinson, que entre os destroços do navio salvou relógio, livro comercial, tinta e pena, põe-se logo, como bom inglês, a fazer a contabilidade de si mesmo. Seu inventário contém uma relação dos objetos de uso que ele possui, das diversas operações requeridas para sua produção e, por fim, do tempo de trabalho que lhe custa, em média, a obtenção de determinadas quantidades desses diferentes produtos.

Em sua nova realidade, outros objetos foram ganhando valor de uso³ e outros perdendo o seu valor de troca, já que se encontrava terrivelmente sozinho naquela ilha. As maiores riquezas eram suas

³ “nesse sentido preciso, o valor de uso, enquanto produto humano-social, é, sem dúvida objetivo”. Ele está voltado e tem por base a legalidade do ser-precisamente-assim existente, bem como a relação objetiva do homem com a natureza. Na cotidianidade, essa objetividade própria dos valores, distinta ontologicamente do sujeito que a criou, se expressa na relação “se...então” que se estabelece entre os objetos e as necessidades postas pelo processo de sociabilização. Alguns objetos efetivamente servem, são úteis a determinadas finalidades, outros não o são. Por isso, Lukács argumenta que apenas os processos valorativos que se desdobram em pôr teleológico são momentos constitutivos do valor. É tão-somente na relação com a causalidade objetiva que os processos valorativos podem determinar se algo é ou não útil em dado contexto do processo de objetivação; apenas na relação com o ser-precisamente-assim existente pode “O valor que aparece no processo [...] [fornecer] o critério para estabelecer se as alternativas presentes [...] lhe seriam adequadas, isto é, se seriam corretas, válidas [...] não se pode afirmar que as valorações, enquanto posições singulares, constituam enquanto tais os valores”. Todavia, flexiona Lukács, Entender a utilidade como uma propriedade das coisas parece paradoxal à primeira vista. A natureza não conhece de fato essa categoria, mas apenas o perene processo causal do devir-outro. [...] De fato [...], apenas em referência a uma posição teleológica pode a utilidade determinar o modo de ser de qualquer que seja o objeto, só no interior de tal relação faz parte da essência deste último se apresentar como um ente que é útil ou inútil. [...] Salientemos que isso não significa que a valoração seja uma processualidade meramente subjetiva. Ela só pode valorar o existente com base em finalidades projetadas no escopo do trabalho – portanto apenas pode operar no interior da complexa articulação teleologia/causalidade que funda o ser social” (Lessa, 2012, p.115 - 116).

ferramentas, prata e ouro, não tinham nenhum proveito. A obra descreve que em sua tenda ele se sentia seguro e satisfeito com toda a riqueza por ele produzido ou recolhida do meio. Era ele e a natureza. Os problemas encontrados inicialmente pelo personagem foram de sobrevivência, ou seja, tinha que atender sua natureza química-orgânica e biológica, precisava matar sua fome, sono, cansaço e sede. Depois foi em busca de companhia, fruição e outras necessidades.

A posição teleológica possui uma dependência do conhecimento sobre o meio para a realização concreta, ou seja, o conhecimento sobre a natureza é de suma importância para objetivar o realizado, caso contrário, é utópico, ou sem serventia, pois não foi estudado e experimentado das devidas maneiras. Mediante a esse processo e ao se complexificar cada vez mais as formas de sociabilidade, ampliam-se as alternativas, as escolhas a serem feitas por esse sujeito ativo. De acordo com Lessa (2012, p. 84),

Reflexo do real e realização dos fins: estes são dois elementos decisivos, entre si heterogêneos, da complexa unidade que se desdobra no interior da categoria do trabalho. Desse ponto de vista, a categoria do reflexo apenas tem existência efetiva como momento da busca dos meios e, portanto, sua gênese e seu desenvolvimento vêm associados à complexa totalidade consubstanciada pelo trabalho. Tal delimitação é decisiva: o reflexo não funda o real e, por si só, não funda a subjetividade. Nem a consciência pode ser reduzida ao reflexo, nem o objeto é puro e simplesmente o refletido.

Por mais que Robinson Crusoe conhecesse na aparência o fogo, não conseguiu produzi-lo de imediato. A capacidade de armazenamento ou facilidade em acender uma lareira em sua realidade social na Inglaterra não exigia dele tal conhecimento, mas ao se ver na ilha, sozinho e dependente do fogo para se alimentar de forma mais palatável, ele precisou observar e compreender na essência o que era o fogo, como se constituía, ou seja, o conhecimento foi se construindo na prática, foi integralizado na práxis.

O trabalho é a síntese dialética da realidade social, é nele que se homogeneizam as diversas conexões causais heterogêneas. Está presente nele a ciência, que depois com sua própria complexidade de funcionamento permitiu que ela fosse ganhando “vida própria” pelo menos no sentido de campo de conhecimento a ponto de não mais conseguirmos associar trabalho-conhecimento-ciência. O instinto do personagem Crusoe era de sobrevivência, não deixava se entregar para a morte, porém o modo de fazê-lo era em suas características humanas, sociais, impregnado com sua cultura, seu modo de ver a realidade ao seu redor, a todo tempo, levava sua visão de mundo, sua subjetividade.

Como era um inglês, protestante, atribuiu o sentido de providência divina à situação a qual se encontrava perdido na ilha, como desafios para sustentar cada vez mais a sua fé e a superação por meio do trabalho para superar as dificuldades. Foi a forma que encontrou de compreender o acaso das

circunstâncias que a vida o levou, o que se ver em sua permanência na ilha e em suas atitudes é que a sua visão religiosa o guiará a determinadas ações levados por sua moral cristã, desde a não andar nu, apesar do calor, até a salvar o Sexta-feira. Ao mesmo tempo, é possível ver um choque cultural no ato da antropofagia praticada por nativos próximos da ilha a seus conflitos comportamentais com as crenças de Sexta-feira, vendo ali a oportunidade de convertê-lo às suas crenças.

Vásquez (1977), ao analisar os escritos marxianos nas teses sobre Feuerbach, pontua que em sua tese I e II para Marx a práxis aparecerá como fundamento e finalidade do conhecimento. A própria atividade humana é vista como atividade objetiva, o pensamento, a consciência como uma verdade objetiva. Para o referido autor,

A intervenção da práxis no processo de conhecimento leva à superação da antítese entre idealismo e materialismo, entre a concepção do conhecimento como conhecimento de objetos produzidos ou criados pela consciência, e a concepção que vê no conhecimento uma simples reprodução ideal de objetos em si. (...) o objeto do conhecimento é produto da atividade humana, e como tal - não como mero objeto da contemplação - é conhecido pelo homem. (...) O conhecimento é o conhecimento de um mundo criado pelo homem, isto é, inexistente fora da história, da sociedade e da indústria. (Vásquez, 1977, p. 149 - 152)

Para a realização do trabalho, o homem produz conhecimento, ele observa, compara, descarta e busca meios para alcançar com eficiência a sua finalidade, que é modificar e dominar a natureza (teleologia primária). Desse modo, quanto mais o seu reflexo se aproxima do real (*intentio recta*) mais eficiente será a realização do seu trabalho, dentro das suas alternativas possíveis e de suas limitações. Ao se tratar do processo de antropomorfização da natureza e desse próprio ser, de forma dialética, não são as mesmas relações de finalidades (teleologia secundária), pois aqui as objetivações são construídas pelo meio social (*intentio obliqua*), é a relação homem-homem.

Nessa abordagem, a subjetividade para ser objetivada precisa se tornar generalizada entre os seus singulares. Logo, conhecer é conhecer objetos que se integram na relação entre homem e o mundo, ou entre o homem e a natureza, relação que se estabelece graças à atividade prática humana. A prática é fundamento e limite do conhecimento e do objeto humanizado que, como produto da ação, é objeto do conhecimento. (Vásquez, 1977, p.153 e 154.)

Podemos citar e observar essa reflexão em algumas circunstâncias vivenciadas por Robinson Crusóe na ilha, uma vez em que precisou fazer um cesto ou carrinho de mão para transportar mais materiais e não se concretizou pela falta de material que se transformasse em sua idealização. Como o próprio personagem se manifesta “quanto ao carrinho de mão, achei que poderia fazer tudo, exceto a roda. Não tinha nenhuma ideia de como era feita, nem de que jeito poderia fabricá-la.” (2018, p. 86). Ele explorou a ilha, observava atentamente, pois possuía inclusive tempo e disposição para realizar

tais feitos. Desconhecia as plantas daquele lugar e precisava observar, pois era uma questão de vida ou morte, ou seja, seu conhecimento sobre o lugar, sobre a natureza local, era imprescindível para sua sobrevivência e para transformar e ressignificar a natureza da ilha.

O conhecimento não pertence somente ao mundo das ideias, é na práxis que ocorre o processo de construção do conhecimento. “O conhecimento só existe na prática, e é o conhecimento de objetos nela integrados, de uma realidade que já perdeu, ou está em vias de perder, sua existência imediata, para ser uma realidade mediada pelo homem.” (Vázquez, 1977, p. 155).

Ainda sobre a relação entre a práxis e conhecimento, Lessa (2012, p. 85) pontua que:

(...) o fenômeno social do reflexo não apenas reproduz de forma aproximativa o real na consciência, mas também realiza sujeito e objeto enquanto polos distintos da relação gnosiológica. O conhecimento, portanto, não é a superação da distância entre o subjetivo e o objetivo, mas justamente sua mais plena reprodução: apenas tendo por mediação essa distância pode o conhecimento se realizar enquanto movimento de constante aproximação da consciência ao ser. Em outros termos, a crescente aproximação do reflexo ao real implica, também, o desenvolvimento da consciência sobre a distinção entre sujeito e objeto e o desdobramento de formas crescentemente evoluídas do para-si dessa relação. Ainda que sempre de forma nova, à medida que evolui o conhecimento do real, o processo gnosiológico reproduz constantemente a exterioridade ontológica e o movimento de incessante aproximação do sujeito ao objeto.

Se Robinson Crusoe possuísse um pensamento em que ele devia aceitar a ilha como era, sem alterá-la e modificá-la viveria de uma forma mais naturalizada com aquele meio, porém, além da intenção do autor de retratar essa laboriosidade de Robinson Crusoe em sua visão colonizatória, também já estava impregnado em todas as suas ações e pensamentos a construção e necessidade de uma reprodução da realidade social em que vivia, de se diferenciar daquela natureza.

Ele impregna ali, naquela ilha, em todas as suas ações, sua mundanidade, a *práxis*, transforma para poder se relacionar humanamente com ela, não é à toa que depois que supre as necessidades básicas, depois que explora a ilha realizando diversos trabalhos, ele começa a se sentir limitado e preso, pois não possuía ninguém para compartilhar, obter respostas e comunicar suas ideias, criações e sentidos que atribuiu àquela ilha. “Durante toda a minha vida solitária, jamais senti desejo tão sincero, tão intenso de gozar da companhia de meus semelhantes ou tamanha dor por me ver dela privado.” (Defoe, 2018, p.173)

Por isso, o aparecimento de Sexta-feira, o nativo a quem o batizou assim, veio suprir grande parte de sua carência de sociabilidade. Tratou assim de educá-lo e cristianizá-lo, impregnar naquele nativo toda uma cultura europeia, com uma visão dominadora sobre o outro, mas que antes de estabelecer a relação dominado-dominante era necessário que Sexta-feira compreendesse esse papel a ser exercido, ou seja, não está imbuído na natureza humana, mas se uniu a gratidão de Sexta-feira por

ter salvo a sua vida a servidão, ao escravismo na visão eurocêntrica de Robinson Crusoé. Percebe-se nessa relação como a escravidão não é naturalizada, é necessário que seja absolvido no processo da reprodução social e da alienação.

Nas palavras do próprio personagem, ver se que,

Estava encantado com ele e tomei a peito ensinar-lhe tudo que lhe fosse adequado e útil. Preocupei-me sobretudo, em ensinar-lhe a falar e a compreender o que eu dizia. Era bom aluno. Mostrava-se tão alegre e diligente, quando conseguia me entender e se fazer entendido, que sentia grande prazer em conversar com ele. Minha vida tornou-se, então, fácil e venturosa. (Defoe, 2018, p. 186 e 187)

Marx chega a uma análise sobre a emancipação humana na seguinte proposta em seus escritos dos Manuscritos Econômicos Filosóficos (2010, p. 109),

A supressão da propriedade privada é, por conseguinte, a emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação justamente pelo fato desses sentidos e propriedades terem se tornado humanos, tanto subjetiva quanto objetivamente. O olho se tornou olho humano, da mesma forma como o seu objeto se tornou um objeto social, humano, proveniente do homem para o homem. Por isso, imediatamente em sua práxis, os sentidos se tornaram teóricos. Relacionam-se a coisa por querer a coisa, mas a coisa mesma é um comportamento humano objetivo consigo própria e com o homem, e vice-versa. Eu só posso, em termos práticos, relacionar-me humanamente com a coisa se a coisa se relaciona humanamente com o homem.

A cada nova necessidade surgida mediante a *práxis* social, surgem novas possibilidades a se alcançarem e a incessante busca pelo novo proporcionou em um desenvolvimento cada vez mais elaborado. Pelas próprias palavras de Robinson Crusoé:

Durante esse tempo fui melhorando a habilidade manual, com os trabalhos que as necessidades me impunham. Acredito que com o tempo, chegaria a ser um excelente carpinteiro, máxime se considerarmos minhas poucas ferramentas. Além disso, minha cerâmica chegou a um grau de perfeição acima da expectativa. (Defoe, 2018, p.141)

A liberdade se trata da possibilidade de transformação da realidade, mesmo que determinada, porém o conhecimento alcançado pelo sujeito sobre a realidade que busca interferir e modificar possibilita uma maior liberdade. Quanto mais o seu meio pode ser transformado, mais seguro é o domínio do sujeito e o alcance de sua liberdade. Assim como o sentido da vida, a liberdade é um elemento emergente não em uma relação puramente natural, mas já pertencente no processo do ser social. A liberdade não é algo dado conduzido por um ser superior, ela é produto da própria atividade humana a partir do momento em que a humanidade atinge algo diferente daquilo que se imaginava.

3 CONCLUSÃO

Com base nessa análise, o presente ensaio nos traz a afirmação de que o ser humano só vai adquirir a sua própria liberdade quando tiver um aumento de seu tempo livre, por isso a importância da redução do trabalho, da liberdade de produzir para si mesmo, do seu produto a materialização das suas idealizações, da identificação do ser social com o seu produto. É importante compreender que, essa concepção materialista da realidade, não consegue capturar o real e sim compreender o processo dessa transformação que é constante que se faz e se refaz e que se está o tempo todo se refazendo e se reconstruindo.

Ao conseguir sair da ilha e voltar para sua terra natal, Robinson Crusoé sentiu falta daquele lugar, pois lá estava impregnado de suas *práxis*, chegou na ilha um homem e se transformou em outro, encontrou uma ilha e a transformou. Ler essa obra possibilita ver o ser social em Robinson Crusoé e a *práxis* social realizada na ilha. O que o faz inclusive rever muitas práticas e ideias de sua própria cultura, reavaliada naquela nova realidade inserida. Mesmo que Daniel Defoe não tenha escrito com esses propósitos, nós o aproximamos como exemplo, para uma compreensão prática de conceitos teóricos sobre categorias tão importantes para os escritos marxianos e os seus intérpretes sobre a *práxis* social.

Robinson Crusoé não se conformou com a realidade ofertada para ele, foi na transformação consciente ou até mesmo inconsciente, na *práxis*, que formulou, adquiriu e elaborou novos conhecimentos que o possibilitou a transformar o meio, nas objetivações das suas subjetividades. Mesmo de forma inconsciente conseguiu perceber-se um ser social, pois necessitava conhecer, conquistar e se libertar enquanto ser.

Ainda não podemos acrescentar uma *práxis* totalmente libertadora, visto que muito de suas práticas do cotidiano não passaram por reflexões e mudanças, ou seja, na maioria das suas ações ele buscava trazer práticas de sua rotina naquela realidade, mesmo assim por ter que transformar a natureza em algo sociável realizou o trabalho, por meio da *práxis* e não se limitou aos desígnios da sua própria natureza inorgânica e orgânica.

Assim, este trabalho visa contribuir para o campo de estudos sobre o trabalho no sentido ontológico marxiano-lukacsiano, particularmente partindo da leitura imanente de um clássico da literatura, ao proporcionar uma análise detalhada das aventuras vivenciadas pelo personagem que nomeia a obra Robinson Crusoé. O ensaio busca oferecer percepções que possam não apenas enriquecer a base teórica existente, mas também fornecer orientações práticas valiosas para quem se propõe a investigar os fundamentos ontológicos marxianos-lukacsianos.

Destarte, com base nesses fundamentos, espera-se que este trabalho contribua significativamente para o entendimento acerca da práxis, do conhecimento e especialmente do trabalho sob a ótica da ontologia marxiana recuperada por Lukács.

REFERÊNCIAS

BACON, Francis. Nova Atlântida. São Paulo: Abril Cultura, 1978.

BERGSON, Henri. A Evolução criadora. Trad. de Nathanael Caxeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

CAMPANELLA Tommaso. A Cidade do Sol. São Paulo: Abril Cultura, 1978.

DEFOE, Daniel. Robinson Crusoé. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

ENGELS, Friedrich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. 4ª ed. São Paulo. Global editora, 1990.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. 2. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.

KOVAL, Martín Ignacio e LENGUA, Jesica. Lukács y las robinsonadas del siglo XVIII: la laboriosidad como atributo de la burguesía triunfante. Revista: Cerrados. Dossiê “marx: arte, literatura e práxis”, Brasília. e'd. 24 dez. 2018.

LESSA, Sérgio. Mundo dos homens: trabalho e ser social. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo. São Paulo: Abril Cultura, 1978.

LUKÁCS, Georg. Para uma ontologia do ser social II. Trad. Nélcio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fontes. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Vol.14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. O capital: Crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Editora Martin Claret, 2010.

MONTAIGNE, Michel. Ensaio. São Paulo: Abril Cultura, 1980.

MORE, Thomas. A Utopia. São Paulo: Abril Cultura, 1979.

SOUSA JR. Justino de. Práxis, ontologia e formação humana. Lisboa, Lisbon International Press, 2021.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. 2ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1977.